

Seção Clássicos

Tipos e Aspectos do Brasil: Imagens e Imagem do Brasil por meio da Iconografia de Percy Lauⁱ

People and Scenes of Brazil: Pictures and Image of Brazil through the Iconography of Percy Lau

Ana Maria Lima Daouⁱⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

O primeiro dever de um verdadeiro nacionalista é nacionalizar suas ideias — e o melhor caminho para fazê-lo é identificar-se, pela inteligência, com seu meio e sua gente.

Esse “Brasil maior”, que é o mote mais em voga de nossos nacionalistas militantes, ou é uma frase vã ou implica o conhecimento metuculoso e íntimo do Brasil como ele é, do Brasil atual — do “Brasil menor”. Que argumentar e onde argumentar? Só o estudo de nosso povo e do nosso meio poderá dizê-lo. (OLIVEIRA VIANNA, 1922)

Trabalhos recentes em várias disciplinas têm mostrado como representações refinadas e naturalizadas do nacional são construídas e mantidas por estados e pelas elites nacionais (HOBSBAWM, 1973; HOBSBAWM, RANGER, 1997; GARCIA, 1981). Sob esta ótica, é relevante considerar o conceito de nação e alguns desdobramentos.

As nações, conforme sua formulação no século XIX, são concepções recentes nas quais a existência de um grupo social está indubitavelmente associada a um território. Muitas dimensões frequentemente associadas à ideia de nação e por vezes tidas como naturais — como, por exemplo, a língua nacional — resultam, na verdade, de lentos processos de construção, seleção e afirmação de afinidades referidas a um bem cultural específico. As identidades nacionais são mutáveis e processuais. Entendê-las requer inserir os conteúdos do nacionalismo em conjuntos mais amplos de questões que o antecedem e estão além dos elementos particulares que o caracterizam. Neste sentido, as nações não são naturais nem eternas, mas construções modernas; são comunidades políticas

ⁱ Capítulo originalmente publicado no livro *Paisagem, imaginário e espaço*, organizado pelos professores Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa publicado no Rio de Janeiro pela Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EdUERJ), 2001, p. 135-162. Devidamente autorizado para republicação pela coordenadora da Coleção de livros “Geografia Cultural” Profa. Zeny Rosendahl (Instituto de Geografia/UERJ) e que se sentiu honrada em contribuir com os ensinamentos e a contribuição preciosa à Ciência Geográfica da profa. Ana Daou.

ⁱⁱ Professora Titular do Departamento de Geografia (*in memoriam*).

imaginadas (ANDERSON, 1983) e reproduzidas por intermédio de múltiplos caminhos que promovem, entre as pessoas comuns, o sentimento de pertencer a uma comunidade abstrata e soberana. O mesmo autor indica que o surgimento da nação moderna conjuga a ideia de uma temporalidade única, o uso de língua vernácula comum em substituição à diversidade de dialetos e, ainda, a atuação de novas comunidades baseadas na soberania popular e nos cidadãos comuns.

As imagens do nacional brasileiro apresentam variações consoantes os valores e interesses dos setores dominantes da sociedade em momentos históricos específicos (FARIA, 1995; SEGALA, 1998; CARVALHO, 1999; VELLOSO, 2000). Assim como os jovens republicanos de 1889 impuseram um conjunto de concepções e alteraram práticas que distanciavam a recém-criada República das questões caras ao Império brasileiro, a ideologia da unidade que caracteriza o Estado Novo afasta-se dos emblemas e sinais que identificam o nacional brasileiro da República Velha e, em certos aspectos, aproxima-se do que apregoava o Império. Durante a vigência do Estado Novo (1937–1945), foram concebidos os “Tipos e Aspectos do Brasil”, como seção da *Revista Brasileira de Geografia* (RBG), criada em 1938 e, a partir de 1939, publicada pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como produto da política cultural específica do período, a apreensão do significado desse material deve ser entendida na perspectiva das batalhas simbólicas que marcam as mudanças de regime, considerando-se, no entanto, a persistência de certos temas a despeito da descontinuidade política.

História e geografia são disciplinas de reconhecida atuação na construção da nacionalidade. Durante o Império, por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, são claros os esforços de construção de uma história nacional, de produção e difusão do conhecimento do território, da etnografia e da natureza do país (GUIMARÃES, 1988). Um século depois, tais propósitos parecem ter sido transpostos para o IBGE, organismo coordenador das atividades geográficas brasileiras, eivado do espírito técnico e científico que marca o ideário do Estado Novo. Desdobra-se daí a forte ênfase no território que se depreende do nacionalismo do período, onde a unidade é tecida sobre um mapa do Brasil em que estão subtraídas as unidades da federação e banidos todos os sinais de fragmentação. É significativo desta perspectiva o ritual de queima das bandeiras dos estados, promovido pelo Estado Novo, fazendo prevalecer o pavilhão nacional como emblema de um estado nacional unitário (FARIA, 1995; ARAÚJO, 2000).

Na construção das nações modernas é notável o papel desempenhado pelo Estado na produção dessas comunidades. Trabalhos recentes sobre nacionalismo e território indicam ser frequente a atuação do estado como promotor de elos “naturais” entre lugares e pessoas, enfatizando assim a associação entre território e nação, por conseguinte, a territorialização da identidade nacional (MALKKI, 1996; BORNEMAN, 1992).

A reflexão que aqui apresento se alinha na direção das preocupações mais contemporâneas que procuram indagar sobre os processos de construção do nacional. Tudo sugere que as imagens consagradas pelo traço do artista Percy Lau tenham promovido a emergência de um certo Brasil como produto da ação e do pensamento de determinados indivíduos, de modo que se torna possível pensar uma coletividade, uma totalidade preconcebida. Procuo também dissipar a ilusão que naturaliza os tipos e os cristaliza em

um tempo e espaço intransponíveis. Para isto busco recuperar a lógica das relações entre os produtores e demais agentes envolvidos na produção de bens simbólicos (BOURDIEU, 1974).

Este artigo pretende contribuir, de modo preliminar, para o esforço de reconhecimento das formas de produção de artefatos culturais — no caso, a série publicada na referida seção da RBG enquanto dispositivo de construção do nacional brasileiro, consoante a racionalidade administrativa, as expectativas da política cultural e a paixão pela unidade notável na retórica do Estado Novo (FARIA, 1992).

Um Inventário de Brasileiros: os Tipos Construtores do Nacional

O esforço de reconhecer um tipo brasileiro aparece no pensamento social de nosso país bem antes da publicação da série “Tipos e Aspectos do Brasil”. Oliveira Vianna, um dos autores que se deteve sobre o assunto, em texto publicado no *Dicionário Histórico, Geográfico e Ethnográfico Brasileiro*, editado em comemoração ao centenário da Independência, reconhecia como árdua a tarefa de fixar um “tipo nacional”, face à extrema multiplicidade de “tipos étnicos regionais” que, por todo o país, refletem a diversidade do caldeamento das raças. Diante da impossibilidade de um tipo único, concluiu que “o brasileiro é todos e nenhum deles”: é o negro, é o índio, é o mestiço indo-ariano, é o mestiço afro-ariano e o mestiço indo-negro, é o mameluco, é o mulato, é o cafuzo (VIANNA, 1922).

O conjunto dos quadros retratados e descritos em “Tipos e Aspectos do Brasil” propõem uma solução à questão anunciada por Oliveira Vianna em 1922. Trata-se de reconhecer tipos plurais, de registrar e difundir as singularidades dos muitos tipos e de sua variação étnica. São tipos humanos que, independentemente de sua origem e da diversidade do “coeficiente de caldeamento”, atuam por todo o território promovendo o “milagre da humanização de uma paisagem situada a grande distância dos focos de civilização nacional”. Proporcionam “um traço de indiscutível personalidade à paisagem cultural” e atuam como bastiões da “civilização nacional” (PEREIRA, 1942).

Os ideólogos do regime autoritário colocaram a população e as tradições do país como centro da identidade nacional (CARVALHO, 1999) e, neste contexto, foi concebida boa parte dos “Tipos e Aspectos” produzidos pelo IBGE, estimulada pela atividade de contagem geral da população de competência do mesmo instituto, promovida pelo censo de 1940. Divulgadas nos círculos sociais nacionais e internacionais mais cultos, as imagens de “Tipos e Aspectos” foram difundidas como parte do projeto pedagógico do Estado Novo e também em textos mais acadêmicos, como o livro do sociólogo americano Lynn Smith, *Brazil: People and Institutions*.

O conjunto de imagens dá conta de uma ampla gradação de aspectos e tipos humanos regionais positivamente reconhecidos, como se lê nos textos que acompanham as figuras. Diferenciam-se pela combinação étnica, pelo caráter e, principalmente, pelas habilidades e técnicas utilizadas face ao imperativo do meio físico. É certo que no conjunto de tipos retratados não há índios, pois sua presença física já não se vislumbra em um país em que os anos de colonização e o sistemático contato com os europeus permitiram sua positiva incorporação. Os tipos são mesclados, são uma mistura parti-

cular, de modo que não há vez para o indígena puro. Observa-se, no entanto, sua presença de modo incontestado nas explicações que acompanham as gravuras. Os indígenas são parte inequívoca da ancestralidade brasileira e sua atuação é destacada quanto à destreza em relação às dificuldades do meio, à agilidade no tratamento de materiais e no enfrentamento dos animais e dos obstáculos geográficos. Os modos de produção da cultura material minuciosamente descritos sintetizavam a dimensão histórica da ocupação e incorporavam, no tipo desenhado, a ancestralidade do brasileiro em uma mistura de índios, negros e brancos melhorada significativamente, em sua capacidade técnica e inventiva, pela atuação dos europeus. O inventário da diversidade dos gêneros de vida e da cultura material da gente brasileira que se espalhava por todo o território era condizente com a intenção do Estado Novo de valorizar as práticas populares e não apenas o erudito e a elite letrada.

No conjunto, os tipos e aspectos retratados operam uma significativa valorização do mundo rural: é evidente a ênfase nas raízes rurais, herança cultural comum aos brasileiros em todas as regiões. A iconografia mostra predominantemente o campo como lugar da tradição, do convívio harmonioso e sem tensões. Apenas alguns tipos urbanos são retratados, sendo reduzidas as paisagens urbanas ou distanciadas do quadro da natureza.

O prefaciador da décima edição (IBGE, 1970) comenta que o conjunto de imagens que ia a público se tornara “folclore”. Na afirmativa, vislumbra-se o reconhecimento de que a realidade social do país contrapunha-se às estáticas imagens consagradas por Percy Lau, o que lhes imputava um certo anacronismo. De uma outra perspectiva, as representações que os “Tipos e Aspectos do Brasil” promoveram foram incorporadas como parte de uma dimensão também conformadora do nacional ou dos regionalismos: aquela constituída pelas tradições folclóricas, as comidas típicas, os costumes, enfim, as tradições inventadas ou consagradas (HOBBSAWM, RANGER, 1993). Revelam com acuidade dimensões do “Brasil menor” sobre o qual chama a atenção Oliveira Viana, em texto de 1922 aqui citado em epígrafe.

Revista Brasileira de Geografia: Tipos “Naturais” e Paisagens Culturais do Brasil

Durante o Estado Novo (1937–45), o nacionalismo aparece como uma política de Estado articulada a uma política mais ampla de controle do espaço e das pessoas. Neste sentido, o IBGE é uma das agências de destaque do Estado Novo, pois se articula aos dois tipos de controle cujo exercício contou com a atuação de um conjunto de técnicos, intelectuais e artistas que se encarregaram de promover símbolos e imagens, assim como produzir e divulgar o conhecimento geográfico do país. Na ocasião, a geografia assumiu posição hegemônica no campo intelectual, gozou de reconhecido prestígio acadêmico como forma privilegiada de conhecimento e foi utilizada como instrumento de dominação (FARIA, 1992).

Em 1939, o IBGE publicava mais um de seus instrumentos de divulgação: a *Revista Brasileira de Geografia*, publicação trimestral para a qual foi concebida a série “Tipos e Aspectos do Brasil”, que aparecem pela primeira vez no n.º 4 do ano I. Na seção, desfilam “os matizes naturais e humanos mais característicos e típicos das diferentes regiões

do país". A nota explicativa à quinta edição esclarece ainda que resultou daí uma série de quadros "que a magnificência e prodigalidade da paisagem cultural brasileira tornam inesgotável" (IBGE, 1956).

A primeira separata foi rapidamente organizada em 1940, incluindo oito quadros. Novas edições ampliadas foram feitas em 1942, 1943 e 1944, todas alcançando enorme sucesso e esgotando rapidamente. Em 1956, os quadros de "Tipos e Aspectos", que continuavam sendo publicados na RBG, ampliaram a edição comemorativa. As sucessivas edições em livro foram publicadas pelo mesmo serviço gráfico do IBGE, que garantia o controle da qualidade e da distribuição gratuita da RBG por meio de uma ampla rede de instituições nacionais e internacionais. Desta rede certamente se favoreceu a versão consolidada em livro da seção de "Tipos e Aspectos", que teve ampla aceitação.

Retirado da revista, cada quadro — figura e texto — era apresentado no livro de acordo com as regiões naturais — as "grandes regiões" — concebidas como as mais estáveis e mais práticas para uma divisão do país. Era o que afirmava o texto da primeira divisão regional do Brasil, de 1941, feita pelo IBGE e denominada de Lei Geográfica do País (GUIMARÃES, 1941). A organização do livro *Tipos e aspectos* evidencia uma pedagogia geográfica, um quebra-cabeças cujo todo resulta da agregação das peças recortadas em grandes regiões. A divisão geográfica do país não ameaçava a unidade do território unificado, emblema do Estado fortalecido, como propugnava o ideário do Estado Novo. Contornava-se, tecnicamente, o estudo de um grande território, pois, "se o Brasil não apresenta uma certa homogeneidade de aspectos, é forçoso estudá-lo em partes, nos seus pormenores, para efetuar-se posteriormente uma síntese final" (GUIMARÃES, 1941). A nova regionalização, que seguia rigor científico, baseava-se não em determinados aspectos isolados, mas no conjunto de caracteres da região, além de ter sido o elemento macro-organizador da diversidade retratada na série de tipos humanos e paisagens brasileiras que se consagram em sucessivas edições de uma obra que em 1970 alcança a décima edição, incluindo 143 quadros.

Para esta reflexão, utilizo a sexta edição aumentada, de 1956, que reúne 96 quadros "redigidos por quem conhece cabalmente a paisagem típica, ou a cena escolhida". Como em edições anteriores, textos de diferentes profissionais orientaram as ilustrações de Percy Lau e, além da perícia artística, exigiam "correspondentes pesquisas que permitam ultimar a oposição com a fidelidade interpretativa da síntese escrita". Embora posterior ao Estado Novo, esta edição ainda guarda muitas das características que ensejaram o trabalho inicial e comemorava um grande acontecimento para muitos produtores dos "Tipos e Aspectos": o XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado em agosto de 1956 no Rio de Janeiro, reunindo especialistas "seduzidos por problemas geográficos do Brasil", aos quais a revista proporcionava, por meio dos quadros de Percy Lau, "miniaturas da realidade" relativas à terra brasileira e à gente que a povoa.

A publicação de um volume com a série "Tipos e Aspectos" promove a duplicação imediata do material publicado em primeira mão pela revista. Além de constituírem uma grande estratégia de divulgação, os dois formatos em que a série foi publicada e as várias edições do livro sinalizam a consagração que a série alcança, atingindo público com cultura e interesse pelos muitos temas abordados. Os quadros de "Tipos e Aspectos" ganharam vida própria, tornando-se um sucesso editorial no Brasil e no exterior.

A distribuição regular da revista trimestral, com tiragem de 5.000 exemplares, e a tradução de seus resumos para o inglês, espanhol, italiano e esperanto eram aspectos previstos no regulamento do IBGE. A *Revista Brasileira de Geografia* contribuiria com o Conselho Nacional de Geografia, o CNG, no *desideratum* de promover entendimento e cooperação entre todos os que se ocupavam da geografia do país, ou seja, promoveria a constituição de um vocabulário comum, de referências universais sobre o território brasileiro, de apreensões compartilhadas pelos produtores de uma geografia do Brasil e por todo um vasto público a quem tais textos e imagens se dirigiam. A revista tinha sua existência voltada para a “divulgação de atividades geográficas no país e propaganda dos ensinamentos da metodologia moderna”, como afirmou o secretário-geral do CNG, Fábio de Macedo Soares Guimarães, em nota explicativa à sexta edição. Mais do que o proposto na apresentação da revista, no n.º 1, de janeiro de 1939, os rumos que toma a seção “Tipos e Aspectos do Brasil” dão pistas para que se pense o papel que essa iconografia do Brasil, acompanhada de textos, promoveu no sentido de construir um sentimento nacional e um entendimento de Brasil. Na apresentação da nona edição, em 1970, o superintendente do então IBGE, na sumária apresentação ao volume, comenta estarem ali disponíveis

imagens dos recantos pitorescos e dos tipos característicos do nosso país, que não retratam as atividades econômicas, sociais e industriais do Brasil moderno, mas apenas ocorrências humanas e fisionômicas de natureza quase folclórica e paisagística. (IBGE, 1970)

A tipologia promovida pela série aqui tematizada é caudatária de uma prática — notavelmente ancorada no consórcio entre a geografia e a antropologia — cara à antropologia cultural norte-americana: aquela que privilegiava o espaço geográfico e o estabelecimento de áreas culturais. A identificação de pessoas com uma determinada área ou região operada nos quadros dos “Tipos e Aspectos do Brasil” constituiu valorosa estratégia em direção à construção da unidade perseguida pelo ideário nacional do Estado Novo, elegendo tipos humanos fixados a determinados lugares como manifestações concretas de variedade étnica e cultural. Faria (1992) chama a atenção para o caráter sedutor deste instrumento operativo que

dava a ilusão de representar uma integração expressiva de dados temporais e espaciais que oferecia em poucas imagens densas, bem recortadas nos muitos mapas, num mapa único, tudo aquilo que parecia fragmentado nos muitos mapas e tábuas numerosas de traços ou elementos culturais.

No mapa do Brasil composto pelo artista Percy Lau, as imagens selecionadas sugerem a consonância desejada, a convivência harmônica e a cooperação voluntária entre brasileiros inseridos em um mundo de permanências e lentas transformações (Figura 1).



Figura 1 – Capa do volume “Tipos e Aspectos do Brasil”.

Fonte: IBGE (1956).

Os quadros de “Tipos e Aspectos”, cujo conjunto tem a leitura facilitada na edição em livro, estimulam o exercício de singularizar as regiões e seus tipos com os diferentes gêneros de vida. Promovem também uma sincronicidade que se conjuga ao espaço comum do território.

Nos tipos retratados, em especial na iconografia, está “sintetizada” uma nova interpretação dos fatos, regiões e brasileiros. “Tipos e Aspectos” são vistos aqui como realidades construídas. Assim, não se trata de confrontar as imagens do artista Percy Lau no sentido de aferir (desmascará-las), mas de tomar esta série como produção do imaginário social, como um texto, ou melhor, como uma narrativa construída atuando em sua dimensão identitária e simbólica. Transformo os “Tipos e Aspectos” em objeto de reflexão sociológica no sentido proposto por Geertz (1997), de que todas as disciplinas e instituições podem promover a etnografia de seus objetos culturais e questionar o relacionamento dos sistemas simbólicos com o mundo a sua volta.

A relação entre povo e lugar, nação e território, evidente nas ações e estratégias das instituições nacionais que ancoravam o Estado Novo para o exercício do controle do território e da população, está bem representada nas imagens de “Tipos e Aspectos”.

Nos tipos humanos desenhados a bico de pena pelo traço de Percy Lau, naturaliza-se o enraizamento dos homens retratados.

Observando o primeiro quadro de “Tipos e Aspectos” publicado — *Arpoadores de jacarés* — vê-se, em primeiro plano, uma figura masculina altiva que brota do chão: os pés não estão desenhados e o “tipo” emerge do solo, das entranhas do território pátrio marcado pelo atavismo, como indicam os diferentes textos. Seu corpo parece enraizado no território pátrio que aproxima todos os tipos do Brasil (Figura 2). O enraizamento do corpo fornece, por meio do solo comum, a continuidade sobre a qual se tece, acima da diversidade de tipos, aspectos e paisagens, a unidade nacional. As imagens de homens enraizados, fincados ao chão, à terra brasileira são recorrentes no conjunto de “Tipos e Aspectos do Brasil”. A associação entre raízes e povo não é nova no ideário nacional brasileiro (HOLLANDA, 1979). Aqui parece se atualizar em conformidade com um entendimento do país que reserva aos “Tipos e Aspectos” uma estabilidade avessa à dinâmica da vida social, que tomava visibilidade nos centros urbanos brasileiros. Os tipos selecionados estão sedentarizados em suas paisagens originárias, constringidos em sua mobilidade geográfica aos percursos de um gênero de vida particular a cada uma das pequenas unidades descritas. Cristalizam-se no tempo e no espaço.



Figura 2 – Arpoadores de jacarés.

Fonte: Revista Brasileira de Geografia (Ano I, outubro, 1939, n. 4).

Resta perguntar o que há em comum entre diversidades expressas como os arpoadores de jacaré, os ervateiros, as negras baianas, o gaúcho, as rendeiras do Nordeste, o vaqueiro de Marajó — para citar apenas alguns dos que compõem a ciranda dos tipos selecionados para formar o mapa do Brasil que ilustra a capa da edição do livro *Tipos e aspectos do Brasil* de 1956.

Além do território, base, solo comum em que se enraízam os homens e do qual brotam certos produtos que fazem a riqueza nacional na atitude ativa diante da natureza, entrelaça-se uma outra modalidade de aproximação entre os diferentes tipos humanos: as imagens destes tipos regionais expressam uma representação positiva dos brasileiros reconhecidos em diferentes formas de trabalho. Este é um dos eixos articuladores do país que se decalca da atuação de mulatos, cafuzos, índios semicivilizados ou curibocas, heróis da paisagem brasileira, elementos essenciais de cada uma das regiões onde se inserem. Como afirma José Veríssimo da Costa Pereira, um dos autores mais publicados na seção, a seleção de tipos humanos característicos “só seria possível se estabelecer em função dos gêneros de vida e horizontes de trabalho encontrados em áreas geograficamente distintas” (RBC, ano 10, n. 4). Mas ecoava o chamado que aproximava os homens do campo e os da cidade: eram todos trabalhadores do Brasil. Se não eram operários urbanos, foco central da atenção do governo no ideário do Estado Novo, eram trabalhadores engenhosos, habilidosos, inseridos em seu horizonte de trabalho. Desdobra-se daí esta outra possibilidade de pensarmos os caminhos da construção da unidade nacional.

Predominam as imagens de homens rústicos, retratados com seus instrumentos de trabalho ou no exercício de suas atividades. Em suas feições, no tipo físico e em atitudes disciplinadas, torna-se visível uma pedagogia de corpos e mentes, expressão de outras dimensões do projeto nacional do Estado Novo, como as práticas esportivas.

Dos textos, depreende-se ainda uma moral expressa nos adjetivos que definem os traços essenciais de cada tipo. “Educados” no embate com os ritmos da natureza, são também marcados “pela desambição, pela tenacidade” e pelo “apego à vida livre”. Em outros tipos predomina “a mentalidade aborígine”, o que resulta em adjetivos como simplicidade, tenacidade e desprendimento, característicos do pescador de pirarucu. Em outros, como o aguadeiro do Rio São Francisco, evidencia-se a atitude de colaboração e a prestimosidade. Em qualquer dos casos, o que está em jogo é o acentuado enraizamento destes homens frequentemente surgidos das consequências do meio e o equilíbrio em que repousa esse Brasil rural, distanciado do burburinho das cidades, dos operários.

Os textos que acompanham as imagens são legendas sobre os tipos e foram produzidos por técnicos, geógrafos e geólogos, entre outros profissionais que compunham o corpo de técnicos do IBGE. Promovem, afinal, uma história do país pontuada pela geografia e pelo reconhecimento dos “tipos” que ocupavam as diversas paisagens.

O regulamento do IBGE é claro no sentido de que a ele caberia um significativo papel de instituição educacional, além de atribuições voltadas à produção de conhecimento da geografia do país. “Tipos e Aspectos” promoviam, assim, uma dimensão didática na difusão de informações técnicas, contemplando a perspectiva educativa do Instituto. Operavam a síntese do país — tão cara à geografia — em versão facilitada, em que os desenhos anunciam o equilíbrio entre tipos, costumes e paisagens a serem consagrados em sua atemporalidade. São imagens silenciosas de tipos observados à distância, sele-

cionados como expressão de um país imaginado, de uma cultura geográfica brasileira. Sua divulgação era parte do esforço dos dirigentes do Instituto, pois era preciso imprimir um caráter novo ao federalismo e, assim, superar os riscos de fracionamento que se insinuavam por toda a Primeira República. Assim, como indica Ely Penha (1993), as práticas educativas do IBGE — de conteúdo fortemente nacionalista — tinham o sentido de cultivar o sentimento de brasilidade expresso por meio de iniciativas voltadas para a difusão dos conhecimentos geográficos, da cultura nacional (considerando suas diversidades regionais) e da imagem da pátria.

Da Observação Científica ao Registro Sensível do Artista: o Brasil a Bico de Pena

A qualidade artística do trabalho de Percy Lau certamente contribuiu bastante para a consagração da iconografia do Brasil difundida pelos quadros do IBGE.

Nascido no Peru em 1903 e filho de pai inglês, em 1921 passou a residir em Pernambuco, de onde veio em 1930 para o Rio de Janeiro. Foi maquetista na Central do Brasil e, em 1939, conheceu o embaixador José Carlos de Macedo Soares, também presidente do CNG, que o convidou para compor a equipe de desenhistas do recém-criado IBGE (XEXÉO, 2000). Com a função de ilustrador do IBGE, Percy Lau viajou para várias regiões do Brasil, onde observou os homens e aspectos desenhados a bico de pena. Em sua observação do país, onde se fixou e que tematizou em sua obra, favoreceu-se, como estrangeiro, das prerrogativas que lhe eram facultadas pela situação de liminaridade, ou melhor, de ser ao mesmo tempo de dentro e de fora da sociedade que retratava (SIMMEL, 1983). Os quadros — especialmente os que retratam atividades de grupos ou captam cenas urbanas — são de uma enorme riqueza de detalhes na apreensão de expressões do comportamento social dos brasileiros. Seu trabalho não se restringe aos quadros da seção onde estava lotado. Conviveu com artistas plásticos renomados, como Guignard, Portinari, Djanira e Augusto Rodrigues, tendo participado dos movimentos de vanguarda de sua geração (XEXÉO, 2000). A sintética biografia do artista apresentada no catálogo da exposição de sua obra, no Museu Nacional de Belas Artes, sugere que Percy Lau dispôs de vasto capital de relações sociais. Seu trabalho contou com a aceitação de intelectuais e artistas também envolvidos com o projeto de consolidação do nacional brasileiro ou vinculados a outras agências produtoras de memória. Esses aspectos contribuíram para a notável permanência das imagens de Percy Lau até os dias de hoje, reproduzidas em novas publicações ou presentes no imaginário de muitas gerações de brasileiros. São imagens compartilhadas como parte de um patrimônio comum.

Considerações Finais

A análise do material publicado em *Tipos e aspectos do Brasil* (IBGE, 1956), concebido no contexto do nacionalismo do Estado Novo, é sugestiva de que se pense que as categorias — ou melhor, os tipos e aspectos destacados na série — correspondem a categorias e hábitos de pensamento que se tornaram dominantes. Produzir a etnografia da construção destes tipos e da eleição destes aspectos é tocar em categorias e padrões

aceitos e inculcados em nosso imaginário atual e nas representações do Brasil operantes ainda hoje.

Tal exercício não nos leva a concluir que o nacionalismo do Estado Novo resultou tão-somente das necessidades vinculadas ao ideário da modernização e da racionalidade administrativa. As nações não são apenas o que os nacionalistas desejam ou defendem que elas sejam. Independentemente das desigualdades, as nações são sempre concebidas com participação e profunda solidariedade entre seus membros. Supõem a vontade geral, consciente e constante de criá-la e transmiti-la a todos (MAUSS, 1969; RENAN, 1996) e ainda a aceitação daqueles sobre os quais os projetos incidem, o envolvimento dos que serão parte desta unidade, tecida de lembranças, glórias comuns, expectativas e concepções compartilhadas de futuro — o que vários autores apontam como condições essenciais para a constituição de um povo.

A gramática do nacionalismo envolve instituições que, embora já existissem antes do século XIX, mudaram de forma e função. São elas o censo, mapas e museus. Para Anderson (1996), as três instituições promovem o modo pelo qual as instituições coloniais imaginam sua dominação: a natureza dos seres humanos que governa, a geografia de seus domínios e a legitimidade dos ancestrais.

Para finalizar, gostaria de indicar uma forma de apropriação particular dos “Tipos e Aspectos”: sua transposição para uma galeria que naquela ocasião tinha papel de vitrine nacional, tal sua visibilidade como espaço de consagração da memória. A Exposição Permanente do Museu Nacional, inaugurada na década de 1950, mantém até hoje, com certo anacronismo de difícil apropriação pelos visitantes atuais, quadros em que se sucedem os tipos e aspectos do Brasil, dispostos em conjuntos regionais que sugerem, ao final da visita, a apreensão de uma certa unidade que repousa na diversidade dos tipos humanos, na delicadeza dos gestos e na transformação dos recursos em objetos singelos.

Tudo leva a crer ter sido esta exposição concebida nos quadros do Estado Novo, favorecendo-se da perspectiva que conciliava o conhecimento geográfico e etnográfico particularizado por regiões. Não parece haver coincidência no fato de que, entre os objetivos do IBGE, estivesse prevista a “criação do Museu Paisagístico do Brasil”, instituído em resolução da Assembleia Geral do CNG, em 1951,

com o objetivo de apresentar ao público as paisagens, os tipos e aspectos do Brasil, através de suas particularidades regionais. As peças eram compostas por miniaturas, mapas, medalhas, modelos, projetos, fotografias, amostras, desenhos e outros objetos que documentassem as paisagens naturais e a vida do brasileiro, em todas as modalidades de sua expressão geográfica. (PENHA, 1993)

As imagens contidas na série “Tipos e Aspectos do Brasil” explicitam o esforço do “Estado brasileiro como núcleo gerador da nacionalidade”, por mais uma de suas agências privilegiadas, o IBGE. É preciso considerar, no entanto, que os dispositivos do nacional são mutáveis, são objetos de negociações e, certamente, de reelaborações nas quais concorrem concepções distintas do que seja o nacional e dos territórios que emanam destas representações.

As imagens, hoje tão naturalizadas e familiares aos brasileiros pelos caminhos letrados e pela simples divulgação, não permanecem intocáveis e já não podem ser facilmente reconhecidas e aceitas como únicas e exemplares, como pretendiam indivíduos a serviço de um Estado centralizado no bojo do qual foram concebidas. Assim, é necessário refletir sobre a multiplicidade de vozes, ou melhor, sobre os espaços de diversidade que se superpõem ou justapõem no conjunto dito Brasil. Se o Estado autoritário tinha uma proposta de construção do nacional, elegendo a multiplicidade de tipos e aspectos enraizados em amplas regiões, o que a vida social apresenta se distancia, em muito, dessa perspectiva por si só temerosa, dada sua univocalidade, o que promove um conjunto de imagens silenciosas, de homens a quem não era dado falar por si.

Foi aqui esboçado o caminho de uma etnografia de *Tipos e aspectos do Brasil* (IBGE, 1956), no sentido de que fazer a etnografia é

como tentar ler — construir uma leitura — de um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas, suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamentos modelados. (GEERTZ, 1973)

Talvez estejamos em um momento de se discutirem as modalidades de construção da ideia de nação, de se reimaginar o Brasil. Portanto, cabe o esforço do esquecimento dos tipos e aspectos consagrados na iconografia da nação, para dar vez aos que têm sido sistematicamente excluídos. São portadores de concepções de território dissonantes da hegemônica e têm sua própria visão e versão de si mesmos. Podem falar por si, em vez de serem apenas contabilizados e enquadrados em tipologias preconcebidas. Considero que a geografia pode contribuir para o reconhecimento do território dos outros no sentido da descoberta dos espaços das diferenças, das paisagens construídas por múltiplos agentes que concorrem no espaço imaginário da nação.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflexions on the Origins and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.

_____. Census, Map, Museum. In: ELEY, G.; SUNY, R. G. (Eds.). *Becoming National: A Reader*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 243-259.

ARAÚJO, M. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BOURDIEU, P. O mercado dos bens simbólicos. In: BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BORNEMAN, J. State, Territory and Identity Formation in the Postwar Berlins, 1945-1989. *Cultural Anthropology*, fevereiro, v. 7, n. 1, p. 45-62, 1992.

CARVALHO, J. M. Brasil: nações imaginadas. In: CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

FARIA, L. C. *Espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992.

_____. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. In: CHUVA, M. (Org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, IPHAN, 1995.

GARCIA, A. Brasil como representação. *Comunicação*, Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ/PPGAS, v. 6, p. 1-30, 1981.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUIMARÃES, F. de M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 3, n. 2, p. 318-373, 1941.

GUIMARÃES, M. L. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HOBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

IBGE, Departamento de Divulgação Geográfica e Cartográfica. *Tipos e aspectos do Brasil*. 6. ed. aumentada. Nota explicativa de Fábio de Macedo Soares Guimarães. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

_____. *Tipos e aspectos do Brasil*. 9. ed. aumentada. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10. ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: IBGE 1975.

MALKKI, L. National Geographic: the Rooting of Peoples and Territorialization of National Identity Among Scholars and Refugees. In: ELEY, G.; SUNY, R. G. *Becoming National: A Reader*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 434-455.

Ana Maria Lima Daou

MAUSS, M. La nation et l'internationalisme. In: MAUSS, M. *Oeuvres*. Paris: Les Éditions de Minuit, v. 3, p. 573-639, 1969.

PENHA, E. A. *A criação do IBGE no contexto de descentralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PEREIRA, J. V. da C. O vaqueiro Rio Branco. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 4, n. 3, p. 607-608, 1942.

RENAN, E. What is a Nation? In: ELEY, G.; SUNY, R. G. *Becoming National: A Reader*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SEGALA, L. *Ensaio das luzes sobre um Brasil pitoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Sociologia*. Rio de Janeiro: Ática, 1983. pp. 182-183.

VELLOSO, M. P. *Que cara tem o Brasil? As maneiras de pensar e sentir o nosso país*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

VIANNA, F. J. O. O Tipo Brasileiro. In: IHGB. *Diccionario Histórico, Geographico e Ethnographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1922.

_____. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia. Editores, 1923.

XEXÉO, M. F. B. Prefácio. *Percy Lau, um desenhista e seu traço* (catálogo de exposição). Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 2000.